

10º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.
30 de Agosto a 02 de Setembro, Belo Horizonte.

Análise empírica sobre a estruturação das crenças de massa do eleitor brasileiro

Karin Kuhnen Vervuurt (Universidade de Brasília).

Álvaro João Pereira Filho (Universidade de Brasília).

Análise empírica sobre a estruturação das crenças de massa do eleitor brasileiro.

Karin Kuhnen Vervuurt

Álvaro João Pereira Filho

21 de julho de 2016

Resumo: A auto-localização no contínuo direita-esquerda ainda é a mais utilizada na tentativa de explicar as preferências políticas do eleitorado brasileiro e também de outros países. A questão é saber se a identificação ideológica dos eleitores influencia de alguma maneira seu voto e sua preferência partidária. No caso do Brasil, trabalhos anteriores chegaram a conclusões diferentes e às vezes opostas sobre a questão. Alguns autores apontam que a identificação ideológica é sim um fator importante para explicar o voto do eleitor brasileiro (Singer, 2002; Carreirão, 2002), enquanto outros (Oliveira, 2013), não acreditam que variáveis ideológicas são relevantes para explicar as escolhas do eleitor e questionam o uso da auto-localização na escala direita-esquerda como indicador de ideologia.

O presente trabalho tem como objetivo contribuir para discussão sobre as consequências da ideologia na vida política dos eleitores brasileiros, observando se o cidadão brasileiro comum, quando se posiciona dentro da escala direita-esquerda, entende o que essas posições querem dizer. Ou seja, se esse cidadão comum possui uma organização coerente de crenças e se ele consegue utilizar os termos “direita” e “esquerda” para localizar essas crenças. A partir da análise dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), testaremos se os eleitores que se posicionaram à direita ou à esquerda possuem opiniões coerentes com as ideologias de direita e esquerda, em relação a aspectos sociais e econômicos, como intervenção do Estado na economia, privatizações, casamento homossexual, aborto, etc.

Palavras-chave: comportamento político, ideologia, preferências políticas

Introdução

A auto-localização no contínuo direita-esquerda ainda é a ferramenta mais utilizada na tentativa de explicar as preferências políticas do eleitorado. A questão é saber, mais claramente, quais os significados das ideologias políticas para os eleitores, como eles se utilizam desses conceitos e de que maneira seu voto e preferência partidária podem ser influenciados por esses conceitos. Infelizmente, são poucos os trabalhos na ciência política brasileira que se empenham mais particularmente na questão da influência das ideologias no âmbito exclusivo do eleitorado. Alguns autores apontam que a identificação ideológica é sim um fator importante para explicar o voto do eleitor brasileiro (Singer, 2002; Carreirão, 2002), enquanto outros, não acreditam que variáveis ideológicas são relevantes para explicar as escolhas do eleitor e questionam o uso da auto-localização na escala direita-esquerda como indicador de ideologia (Oliveira & Turgeon, 2015; Almeida, 2001).

Para Singer (2002), a “identidade ideológica” deve ser incorporada à análise do comportamento eleitoral brasileiro, pois é um dos componentes que o eleitorado, como um todo, utiliza na hora de decidir seu voto. Segundo o autor, esta hipótese foi pouco explorada no Brasil por conta de um antigo preconceito quanto à capacidade do eleitor local em compreender o sentido das categorias ideológicas. Porém, Carreirão (2002) encontra evidências de que os termos direita e esquerda são influentes apenas para a parcela mais educada da população. Já Almeida (2001) argumenta que não é possível dizer que as ideologias sejam influentes no comportamento político do eleitorado brasileiro, por conta da dificuldade em avaliar se o indivíduo que se posiciona na escala ideológica realmente sabe o significado dos termos ali expostos. Seguindo essa mesma direção, o artigo de Oliveira e Turgeon (2015) encontra que o eleitorado brasileiro não consegue compreender o significado político das ideologias de direita e esquerda, apesar de boa parte dos indivíduos se autoposicionarem na escala ideológica quando responde aos surveys. O posicionamento ideológico expressado nas pesquisas de opinião não tende a estruturar as preferências políticas dos eleitores, pois os indivíduos que se dizem direitistas ou esquerdistas não são capazes de diferenciar quais ações políticas estão tradicionalmente vinculadas a ambos os espectros.

O presente artigo adota, em parte, a mesma direção que os trabalhos de Almeida (2001) e Oliveira e Turgeon (2015). A intenção principal do trabalho será a de descobrir se o cidadão brasileiro comum, quando se posiciona dentro da escala direita-esquerda, entende o que essas posições querem dizer. Ou seja, é preciso avaliar se esses vocábulos possuem algum sentido político para esses indivíduos e se fazem diferença na maneira como eles entendem a política e se comportam em relação a ela. O que se espera é que a ideologia tenha o efeito de restringir as atitudes políticas daquele que a possui. A simples correlação entre o voto e a ideologia declarada se

mostra insuficiente para afirmar que ideologias são importantes estruturantes das crenças dos eleitores (Oliveira & Turgeon, 2015), é preciso que exista uma correlação entre a ideologia do indivíduo e suas preferências em questões políticas variadas, além das questões econômicas, para que de fato se possa atestar a influência da ideologia sobre o comportamento (Converse, 1964).

Pretendemos contribuir para o debate sobre ideologias no Brasil adotando uma análise um pouco diferenciada dos trabalhos citados. Os trabalhos anteriores relacionaram a ideologia declarada dos indivíduos com suas opiniões sobre questões da esfera econômica como privatizações, carga tributária, políticas de redistribuição de renda, entre outros. Nesse trabalho, além da relação entre a ideologia e as opiniões sobre questões econômicas, também observaremos as preferências dos indivíduos em questões da esfera social, como as opiniões sobre casamento homossexual, aborto e apoio a manifestações políticas de grupos. Evidências empíricas trazidas por alguns trabalhos mostram que existem diferenças substanciais entre os valores e crenças de indivíduos de esquerda e de direita. A maior e mais consistente diferença está na preocupação desses indivíduos com questões centrais relacionadas a resistência a mudanças e atitudes em relação a igualdade. Por exemplo, pessoas que se posicionam mais à direita possuem atitudes mais favoráveis aos valores culturais tradicionais e valores familiares, incluindo formas religiosas de moralidade, do que aqueles que se posicionam à esquerda (Altemeyer, 1998; Kerlinger, 1984; Lakoff, 1996). Além disso, os direitistas também costumam apoiar mais as figuras de autoridade convencionais e se opõem à ativistas que buscam mudar o status quo (Altemeyer, 1998; Conover & Feldman, 1981). Sendo assim, se torna relevante observar qual seria a relação entre a ideologia declarada do eleitor brasileiro e suas opiniões sobre as questões da esfera social.

De maneira resumida, o propósito principal desse trabalho é verificar se o posicionamento ideológico declarado pelos indivíduos é coerente com suas opiniões sobre questões de políticas econômicas e sociais. Quer dizer, o eleitor brasileiro que se posiciona à esquerda apoia políticas econômicas tradicionalmente vinculadas à esquerda? E além disso, esse eleitor também possui opiniões mais progressistas em relação aos temas sociais, como é esperado de alguém de esquerda? E os eleitores à direita? São mais conservadores em suas opiniões sociais? Apoiam políticas econômicas mais liberais?

É preciso lembrar que os indivíduos possuem diferenças entre si que podem afetar suas atitudes políticas. Aqueles que são mais interessados em política e prestam mais atenção nas notícias provavelmente terão opiniões diferentes daqueles que pouco se interessam. Espera-se que os eleitores mais informados, ou mais politicamente sofisticados, tenham mais coerência e organização nas suas opiniões políticas, e que estas estarão mais alinhadas à ideologia declarada (Luskin, 1987). Assim, também é objetivo desse trabalho observar como se dá a relação entre a sofisticação política do eleitor, sua ideologia declarada e suas opiniões.

Ideologia, eleitorado e preferências políticas.

Em 1960, Seymour M. Lipset publica seu livro “Political Man”, no qual o autor argumenta que as ideologias políticas devem ser tratadas como as principais orientadoras do voto do eleitor. Utilizando estudos sociológicos obtidos desde a década de 1920 sobre comportamento eleitoral, Lipset chega à conclusão de que o elemento mais constante da história eleitoral, ao longo das décadas e de diversos países analisados, é o fato de que o poder aquisitivo do indivíduo inclina-o para determinada opção política. Trabalhadores teriam a tendência a votar em partidos de trabalhadores e empresários teriam a tendência a votar em partidos de empresários. A ideologia, segundo Lipset, é o que vai ajudar o eleitor a identificar em qual lado estão os partidos políticos e por isso deve ser tratada como variável explicativa importante do voto.

Anthony Downs (1957), fundador da escola econômica de análise política, chegou a conclusões parecidas às de Lipset. Para Downs, o eleitor ao votar se comporta da mesma forma que um consumidor no mercado, ou seja, buscando aumentar seus benefícios e diminuir seus custos. Dessa forma, o eleitor precisa buscar entre os partidos aquele que vai melhor defender seus interesses pessoais. Como os custos de procurar informações sobre todos os partidos e candidatos é bastante alto, o eleitor poderá se utilizar da ideologia para diferenciar os partidos de maneira simples, sendo então um atalho que economiza custos de informação para o eleitor. Robert Lane (1962) também argumentou que a ideologia era fator importante na explicação das preferências políticas do eleitorado. Em seu trabalho, Lane utilizou entrevistas aprofundadas e técnicas de conversação para entender como funciona a ideologia nos cidadãos comuns. Para o autor, questões mais gerais da política devem ser pensadas a partir de problemas concretos vividos pelos eleitores. Quando as opiniões desses eleitores são contextualizadas e aprofundadas, Lane descobre um homem comum mais coerente e ideológico. Entretanto, a amostra utilizada por Lane era muito pequena e insuficiente para afirmar com maior precisão suas conclusões.

Foram os estudiosos da Escola de Michigan que começaram a pôr em xeque a tese de que a ideologia é um elemento importante na determinação do voto de maior parte do eleitorado. Philip Converse (1964), um dos mais conhecidos nomes desta escola, chegou à conclusão de que apenas uma parcela pequena dos eleitores tomava suas decisões a partir de um posicionamento ideológico e que a maior parte dos indivíduos se mostraram confusos quanto ao significado dos conceitos de direita e esquerda. Para Converse (1964), a ideologia deve ser capaz de mover as ações políticas do eleitorado através da constrição. Dessa forma, é esperado que o eleitor seja favorável aos partidos e candidatos que se aproximam de suas preferências e desfavorável àqueles que se afastam. Converse descobre que as crenças da massa tem relação com assuntos mais concretos e mais próximos do cotidiano. Opiniões mais abstratas e valores mais gerais fazem mais sentido para as elites que

possuem mais sofisticação política. O autor afirma que esse esquema não era característico apenas nos Estados Unidos, onde ele fez seu estudo, mas em qualquer eleitorado. Essa seria uma lei geral, e por isso os modelos de Lipset, Downs e Lane não fariam sentido como preditores do voto. Os achados de Converse foram base para diversas novas pesquisas e o consenso em torno das conclusões foram se mantendo ao longo dos anos (Bennett, 1989; Delli Carpini e Keeter, 1996; Fournier, 2001; Gordon e Segura, 1997; Klingemann, 1979; Luskin, 1987; Price, 1999).

Entretanto, outros estudos apontaram que o trabalho de Converse se aplica melhor aos anos de 1950 do que aos períodos históricos subsequentes. Converse (1964) encontra em seu trabalho que apenas 15% da população, em 1956, satisfazia os critérios para serem considerados ideológicos. Já Stimson (1975) ao analisar a corrida presidencial de 1972, argumenta que, pelo menos, metade do eleitorado americano mostrou evidências de possuir um sistema de crenças ideológicas proposto por Converse. Judd e Milburn (1980), também utilizando dados da década de 70, chegaram à conclusões similares. É interessante notar que a vasta maioria dos eleitores se posiciona na escala direita-esquerda mesmo quando estão disponíveis as opções “não sei”, “não pensei sobre isso” ou “não sei o que significa esquerda e direita”. Alguns estudos sugerem que os indivíduos que escolhem se posicionar na escala o fazem com algum nível de precisão e coerência, mesmo que não perfeitamente (Conover & Feldman, 1981; Feldman, 2003; Knight, 1999), e fatores como educação, interesse e sofisticação política são conhecidos por aumentar a coerência ideológica (Jacoby, 1991; Judd, Krosnick & Milburn, 1981).

Trabalhos que partiram de pressupostos trazidos da psicologia ofereceram novos caminhos para se pensar a relação entre ideologia e comportamento. Os psicólogos têm perseguido a hipótese de que diferentes motivos e tendências psicológicas diferenciam os indivíduos de esquerda e de direita. Nesse caso, seriam questões de crenças mais abstratas que diferenciam essas duas tendências ideológicas e não questões concretas (Peffley & Hurwitz, 1985). Uma das ideias principais é que os indivíduos adotam ideologias mais conservadoras em um esforço para satisfazer vários motivos cognitivo-sociais, como por exemplo, conservadores tendem a possuir maior resistência à mudanças e preferem comportamentos e instituições tradicionais e convencionais (Wilson, 1973). Sendo assim, a ideologia conservadora pode servir para reduzir o medo, a ansiedade e a incerteza; evitar mudanças, rupturas e ambiguidade; explicar a ordem e justificar a desigualdade entre grupos e indivíduos. Conover e Feldman (1981), também seguindo essa lógica, demonstraram que os eleitores americanos que avaliaram partidos conservadores mais favoravelmente também possuíam atitudes favoráveis em relação aos grupos que servem para manter o status quo ou possuem funções de controle social (ex. Policiais, militares, homens brancos, religiosos). Do outro lado, aqueles que avaliaram mais positivamente os progressistas possuíam atitudes mais favoráveis aos grupos que questionam o status quo e lutam por reformas por maior

igualdade.

No Brasil, o tema da influência das ideologias no eleitorado ainda não foi suficientemente explorado e os resultados obtidos pelos pesquisadores são bastante contraditórios. André Singer (2002) ao analisar dados das eleições de 1989 e 1994 descobriu que nas duas eleições, o eleitor que se posicionou na escala direita-esquerda tendeu a votar corretamente com seu auto-posicionamento e não de maneira aleatória. Para Singer, mesmo que o eleitor não saiba definir o que seja esquerda e direita quando solicitados a fazê-lo, ele é capaz de utilizar esses conceitos para orientar sua decisão na hora de votar, pois os eleitores possuem um conhecimento intuitivo do que significam essas posições. Carreirão (2002) testa a hipótese de Singer de que a “identidade ideológica” dos eleitores é fator central na decisão do voto. O autor encontra correlações positivas entre o autopoicionamento na escala e o voto entre os eleitores de maior escolaridade. Mesmo que não tenha sido muito alta, argumenta Carreirão, é um pouco maior do que seria caso fosse somente devido ao acaso. O trabalho de Almeida (2001) sugere que a simples correlação entre posicionamento na escala e voto não é suficiente para atestar ideologia. É preciso que os indivíduos saibam o significado dessas posições e tenham preferências por políticas tradicionalmente vinculadas a essas posições. A partir dessa ideia, o trabalho de Oliveira e Turgeon (2015) constata que o eleitorado brasileiro não consegue fazer a conexão entre sua ideologia declarada nas pesquisas e suas preferências por políticas econômicas. Sendo assim, a ideologia não se mostra relevante para explicar o comportamento dos eleitores. Entretanto, nenhum trabalho anterior analisou se existe coerência entre a ideologia escolhida no autopoicionamento e as opiniões individuais sobre questões sociais.

A literatura sugere que podem existir diferenças cognitivo-sociais entre os indivíduos de esquerda e direita, porém essa hipótese ainda não foi testada com o eleitorado brasileiro. Assim, nesse trabalho sugerimos que:

H1. *A ideologia declarada dos indivíduos será coerente com suas opiniões sobre questões sociais, com os direitistas possuindo opiniões mais conservadoras e os esquerdistas mais progressistas .*

Além disso, a literatura também sugere que maior sofisticação política aumenta a coerência entre ideologia declarada e as preferências. Pessoas politicamente sofisticadas se interessam mais por política, buscam mais informações e participam mais de eventos políticos. Suas cognições políticas são mais organizadas e capazes de restringi-lo na sua forma de se comportar politicamente (Luskin, 1987). O trabalho de Inglehart e Klingemann (1976) mostra que as noções de esquerda e direita são melhor compreendidas pelos eleitores mais sofisticados. Outros estudos

envolvendo países da América Latina chegaram a conclusão similar (Corral e Zechmeister, 2013; Ferrer e Velasco, 2013; Harbers, Vries e Steenbergen, 2012; Luna & Zechmeister, 2005).

Sendo assim:

H2. *A coerência entre a ideologia declarada e as opiniões sobre questões sociais será maior entre aqueles indivíduos com maior sofisticação política.*

Metodologia

Dados e variáveis.

Para avaliar como se dá a influência da ideologia no eleitorado brasileiro, utilizamos os dados do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) de 2014. Optamos por utilizar o LAPOP por conta da compatibilidade entre o questionário e as elaborações teóricas propostas nesta pesquisa, além da representatividade da amostra. O projeto utilizou uma amostra probabilística nacional dos indivíduos com idade suficiente para votar, com um N total de 1,500 pessoas. As entrevistas foram conduzidas face a face. Os dados de 2014 são os mais atuais obtidos pelo projeto LAPOP, por isso a escolha.

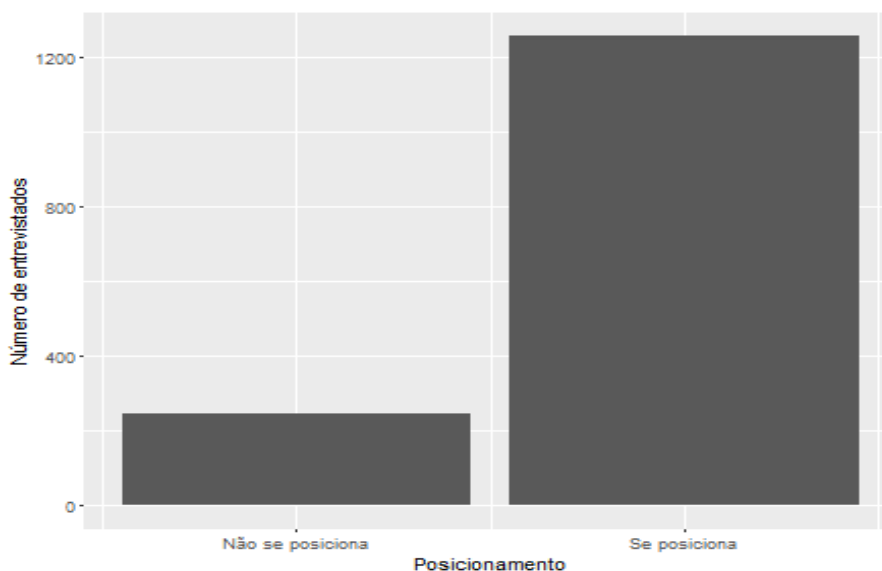
Em relação ao questionário, o LAPOP avalia a ideologia a partir do autoposicionamento dos respondentes em uma escala de 1 à 10 pontos, na qual 1 significa “esquerda” e 10 significa “direita”. Optamos por criar duas categorias ideológicas a partir desses 10 pontos da escala. As observações de 1 à 5 foram consideradas “Esquerda” e as observações de 6 à 10 foram consideradas “direita”. O questionário também possui perguntas que nos permitiu a operacionalização dos outros conceitos de interesse, como a sofisticação política e as opiniões sobre temas econômicos e sociais. Medimos a sofisticação política dos entrevistados a partir de suas respostas à perguntas factuais sobre política nacional e internacional. Seguindo as sugestões de Delli, Carpini e Keeter (1996), a mensuração da sofisticação política se dá pelo grau de conhecimento político possuído pelo indivíduo. Isso quer dizer que uma pessoa sofisticada é aquela que possui maior quantidade de informações políticas. Assim, contabilizamos as respostas corretas às perguntas de conhecimento político existentes no questionário do LAPOP.

Para as variáveis de opiniões econômicas e sociais, utilizamos uma série 3 perguntas relacionadas a cada uma das esferas. As opiniões econômicas são relacionadas ao papel do Estado na economia e na redução de desigualdade de renda. Por exemplo, os eleitores são pedidos a opinar

se o Estado brasileiro deveria ser dono das empresas e indústrias mais importantes do país, no lugar do setor privado. Ou se o Estado brasileiro deve implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres. Essas perguntas foram escolhidas por abordarem temas econômicos tradicionalmente associados às ideologias políticas, sendo normalmente, a direita contrária e a esquerda favorável a maior intervenção do Estado. As opiniões sociais abordam temas relacionados a mudanças no status quo social, como reivindicações das mulheres por igualdade e a visão sobre os beneficiários de programas sociais do governo. É esperado que os indivíduos posicionados à direita possuam opiniões menos favoráveis aos movimentos por igualdade, por preferirem a conservação de uma cultura mais tradicional.

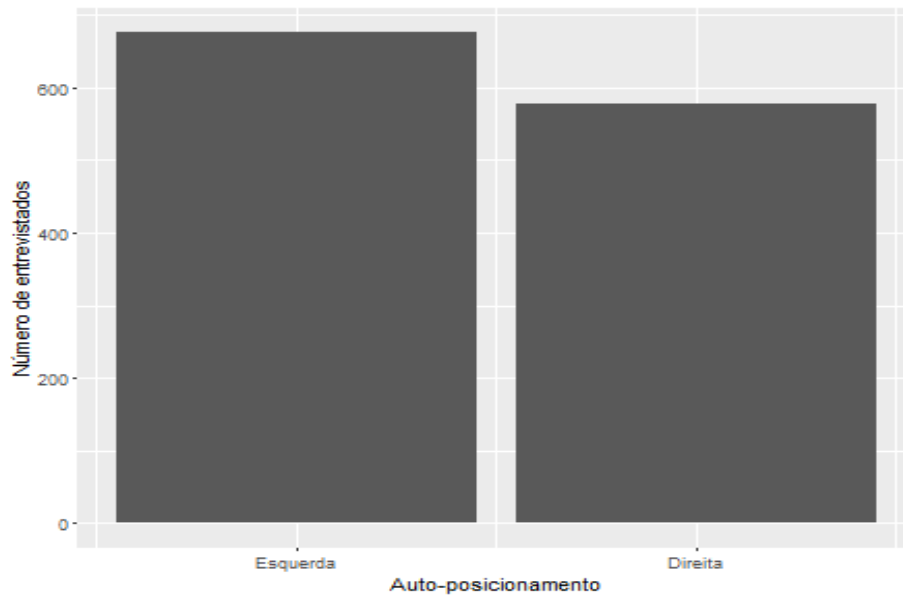
Posicionamento do eleitorado brasileiro

O interesse aqui é simplesmente observar o percentual de eleitores que se posiciona ideologicamente na escala direita-esquerda. Adotamos a mesma operacionalização das variáveis utilizada no trabalho de Oliveira e Turgeon (2015), na qual todas as posições da escala direita-esquerda foram agrupadas como resposta de quem “Se Posiciona” (1) e aqueles que indicaram não saber ou se recusaram a responder foram classificados como “Não se Posiciona” (0).



É possível perceber que a grande maioria dos indivíduos decidiu se posicionar dentro da escala de ideologia, mesmo com as opções “Não sei” e “Não Respondeu”. Temos que 83,7% dos indivíduos se posiciona ideologicamente, enquanto 16,3% escolheram não se posicionar ou não responderam a questão.

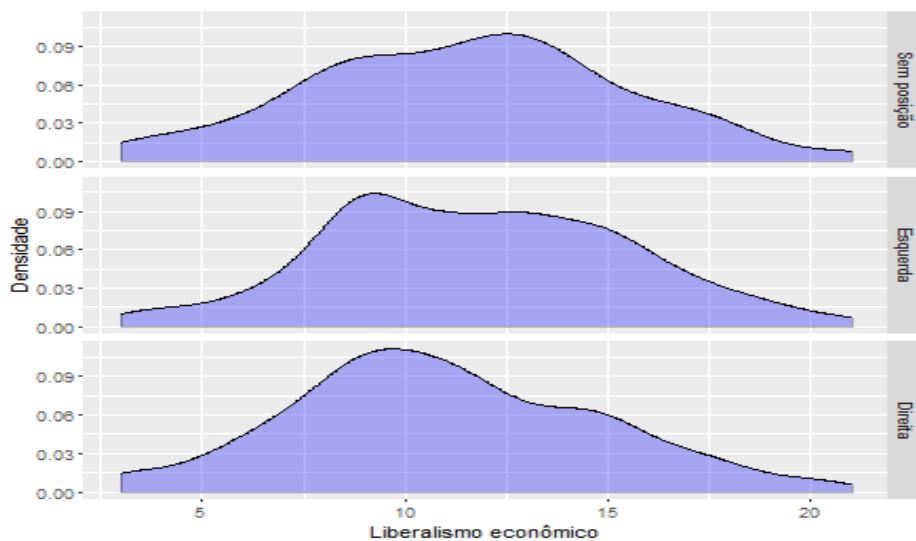
O próximo passo é observar como se posiciona o eleitorado brasileiro. Se os indivíduos estariam mais à direita ou à esquerda.

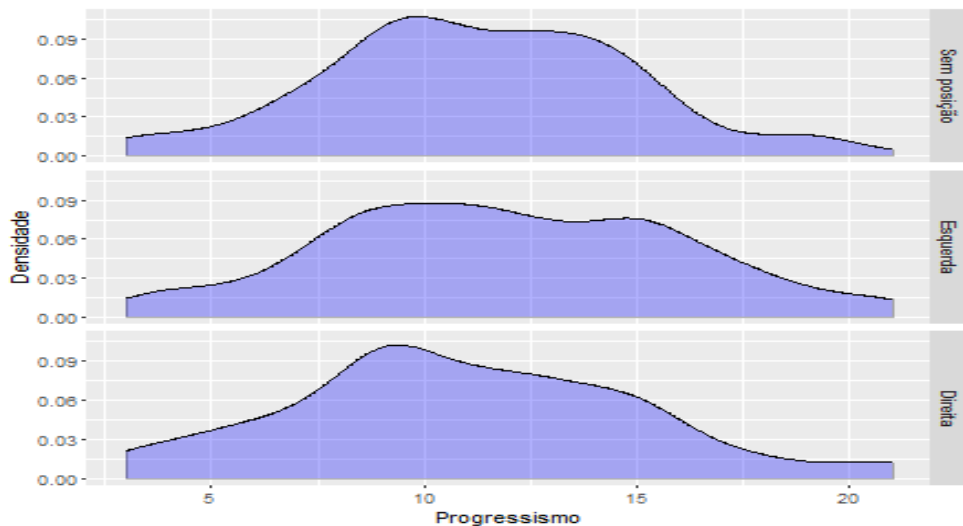


A distribuição ideológica do eleitorado brasileiro se mostra bem dividida, com 53,9% dos entrevistados se posicionando à esquerda e 46,1% se posicionando à direita.

Ideologia declarada e atitudes políticas

Agora, analisaremos se a ideologia é realmente um fator explicativo as atitudes políticas individuais. Espera-se que a ideologia declarada seja consistente com as opiniões sobre questões econômicas e sociais.





As figuras acima mostram a frequência com que os entrevistados concordam ou discordam com os índices de liberalismo econômico e progressismo social. É possível observar a presença de correlações importantes entre as ideologias declaradas e as opiniões econômicas e sociais. No caso da relação entre ideologia e posicionamento sobre as questões de ordem econômica, na figura 2, podemos verificar que ambas as ideologias estão concentradas nos menores valores do liberalismo econômico, ou seja, tanto os direitistas quando os esquerdistas são favoráveis a maiores intervenções estatais. Nesse caso, a ideologia de direita não possui consistência com as opiniões econômicas dos entrevistados, achado que também está presente no trabalho de Oliveira e Turgeon (2015). Já os indivíduos posicionados à esquerda estão um pouco mais concentrados no ponto menos liberal, porém a distribuição está bastante dispersa ao longo do índice. Esse fato também mostra que existe uma dificuldade em achar correlação entre ideologia declarada e posicionamento em questões econômicas.

A figura 3 mostra a relação entre a ideologia declarada e as opiniões sobre questões sociais. Podemos perceber novamente os indivíduos de esquerda muito distribuídos ao longo do índice, enquanto os indivíduos de direita estão bastante concentrados no lado conservador das opiniões sociais. Novamente se torna difícil identificar uma influência da ideologia no comportamento dos respondentes. Entretanto, a correlação entre a ideologia de direita e as opiniões sociais menos progressistas merecem maiores análises.

Sofisticação política, ideologia e atitudes

Agora, testaremos a hipótese sobre sofisticação política e consistência ideológica. A literatura indica que maior sofisticação política leva a uma maior consistência entre ideologia e

atitudes políticas. Indivíduos mais sofisticados tendem a compreender melhor o mundo político, possuem uma estrutura cognitiva mais organizada em torno das questões, tornando suas atitudes mais alinhadas à sua ideologia.

Tabela 1: Regressão dos determinantes da preferência pelo liberalismo econômico.

	Estimativa	Erro-padrão
Constante	12.38069***	0.43169
Sofisticação	-0.16630	0.11674
Auto-posicionamento	-0.43485**	0.14680
Gênero (mulher)	-0.05371	0.209
Ensino Médio Completo	0.72834**	0.24241
Ensino Superior Incompleto	0.75772	0.50919
Ensino Superior Completo	1.97674***	0.45238
N = 1609	R ²	0.02197

Fonte: elaboração própria do autor.

‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05

Tabela 2: Regressão dos determinantes da preferência pelo "Progressismo" social.

	Estimativa	Erro-padrão
Constante	11.21556 ***	0.43658
Sofisticação	0.22322.	0.12157
Auto-posicionamento	-0.30096*	0.14915
Gênero (mulher)	0.86739***	0.21816
Ensino Médio Completo	-0.05187	0.25431
Ensino Superior Incompleto	0.02281	0.53644
Ensino Superior Completo	0.70577	0.48342
N = 1609	R ²	0.01773

Fonte: elaboração própria do autor.

‘***’ 0.001 ‘**’ 0.01 ‘*’ 0.05 ‘.’ 0.1

Diferentemente do esperado, a sofisticação política não possui efeito em nenhuma das análises feitas. As ideologias não se tornaram mais consistentes com as opiniões econômicas e nem sociais entre os sujeitos mais sofisticados. É possível que aqui o problema esteja na construção da variável de sofisticação política. A variável foi construída com apenas quatro perguntas factuais,

sendo duas delas muito mais fáceis do que o comum em outros questionários de opinião. Uma delas perguntava qual o nome do presidente dos Estados Unidos e outra perguntava o tempo do mandato do presidente do Brasil. Ambas as perguntas tiveram níveis altíssimos de acerto. Vale ressaltar, no entanto, que a educação teve efeito significativo nas opiniões econômicas dos entrevistados, especialmente o ensino superior completo. Esse efeito vai de encontro com o achado do trabalho de Carreirão (2002) que mostrou que a ideologia pode ser um fator explicativo importante entre os indivíduos de maior educação.

O efeito do autopoicionamento ideológico em relação as opiniões também não se mostrou consistente no modelo. No primeiro caso, das opiniões econômicas, o efeito significativo negativo mostra que a identificação mais à esquerda está alinhada com opiniões menos liberais em relação a economia. Porém, no caso das opiniões sociais, a identificação à esquerda não se alinhou a opiniões mais progressistas e na verdade o efeito obtido foi o contrário, mesmo que pequeno. As evidências se apresentam de forma difusa e não nos permitem inferir uma possível consistência entre a ideologia declarada e as opiniões sobre questões políticas.

Um achado interessante do trabalho é a relação entre o gênero (mulher) e as opiniões mais progressistas no âmbito social. Muitas literaturas sobre gênero e política encontraram fortes evidências de que as mulheres costumam ser mais progressistas que os homens nas questões sociais. Essa relação ainda não foi testada com os eleitores brasileiros, mas é muito comum na literatura da ciência política americana. Estudos posteriores podem explorar de maneira mais aprofundada essa relação.

Considerações finais

Os achados desse trabalho não permitem concluir que a ideologia é fator importante para explicar as preferências políticas dos eleitores brasileiros. Aparentemente o eleitorado não compreende exatamente o significado dos conceitos de direita e esquerda, apesar da maior parte se posicionar na escala. O posicionamento não tende a estruturar as preferências por políticas econômicas e sociais. Posicionar-se como esquerdista ou direitista não leva os indivíduos a terem atitudes políticas consistentes com as ideologias de esquerda ou direita.

Entre as possíveis explicações para tal resultado está a falta de bases institucionais capazes de fortalecer um debate ideológico no país. O sistema partidário e as regras eleitorais tornam o ambiente eleitoral brasileiro centrado no personalismo político e os partidos se baseiam em figuras políticas individuais, não em questões ideológicas e problemas mais concretos. A simples correlação entre o voto e a ideologia declarada dos indivíduos não pode servir como indicador da presença de um pensamento ideológico entre a população. Esse trabalho deu mais um passo na tentativa de

entender a estruturação das atitudes políticas do eleitorado brasileiro. Trabalho posteriores poderão explorar de maneira mais profunda a relação das ideologias e comportamentos, especialmente a relação entre conservadorismo social e o autoposicionamento à direita.

Bibliografia

- ALMEIDA, A. C. "À esquerda dos números, à direita dos fatos". *Insight Inteligência*, vol. 15, p. 113-128, out.-nov.-dez., 2001.
- ALTEMEYER, R. A. (1998). The other "authoritarian personality." *Advances in Experimental Social Psychology*, 30, 47–91.
- BENNETT, S. E. "Trends in American's Political Information ". *American Politics Quarterly*, vol. 17, p. 422-435, 1989.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação Ideológica e Voto para Presidente, *Opinião Pública*, Campinas, Vol. VIII, n o 1, 2002, PP. 54-79.
- CONOVER, P. J., e FELDMAN, S. (1981). The origin and meaning of liberal/conservative self identification. *American Journal of Political Science*, 25, 617– 645.
- CONVERSE, P. The Nature of Belief Systems in Mass Publics, 1964, In: D. Apter (ed.), *Ideology and Discontent*, Nova York, Free Press
- CORRAL, M.; ZECHMEISTER, E. J. "Individual and contextual constraints on ideological labels in Latin America". *Comparative Political Studies*, vol. 46, p. 675-701, 2013.
- DELLI CARPINI, M. X.; KEETER, S. *What Americans know about politics and why it matters*. New Haven: Yale University Press, 1996.
- DOWNS, A. "An economic theory of political action in a democracy". *The Journal of Political Economy*, vol. 65, abr., p. 135-150, 1957.
- FELDMAN, S. (2003). Values, ideology, and the structure of political attitudes. In D. O. Sears, L. Huddy, & R. Jervis (Eds.), *The Oxford handbook of political psychology* (pp. 477–508). New York: Oxford University Press
- FERRER, L. E. G.; VELASCO, R. Q. "Izquierda y derecha: formas de definirlas, el caso latinoamericano y sus implicaciones". *Ediciones Universidad de Salamanca América Latina Hoy* , vol. 65, p. 79-105, 2013.
- FOURNIER, P. The uninformed Canadian voter. In: EVERETT, J.; O'NEILL, B. (eds.). *Citizen politics: research and theory in Canadian political behavior*. Don Mills: Oxford University Press, 2001.
- GORDON, S. B.; SEGURA, G. M. "Cross-national variation in the political sophistication of individuals: capability or choice?". *Journal of Politics*, vol. 59, p. 126-147, 1997.
- HARBERS, I.; VRIES, C. E.; STEENBERGEN, M. R. "Attitude variability among Latin American publics: how party system structuration affects left/right ideology". *Comparative Political Studies*, vol. 46, n 8, p. 947-967, 2012.

- INGLEHART, R.; KLINGEMANN, H. Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics. In: BUDGE, I.; CREWE, I.; FARLIE, D. (eds.). *Party identification and beyond*. London: Wiley, 1976.
- JACOBY, W. (1991). Ideological identification and issue attitudes. *American Journal of Political Science*, 35, 178–205.
- JUDD, C. M., KROSNICK, J. A., e MILBURN, M. A. (1981). Political involvement in attitude structure in the general public. *American Sociological Review*, 46, 660–669
- JUDD, C. M., e MILBURN, M. A. (1980). The structure of attitude systems in the general public: Comparisons of a structural equation model. *American Sociological Review*, 45, 627–643.
- KERLINGER, F. N. (1984). *Liberalism and conservatism: The nature and structure of social attitudes*. Hillsdale, NJ: Erlbaum
- KLINGEMANN, H. D. Measuring ideological conceptualizations. In: BARNES, S. H.; KAASE, M. (eds.). *Political action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills, California: Sage, 1979.
- KNIGHT, K. (1999). Liberalism and conservatism. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of political attitudes* (pp. 59–158). San Diego, CA: Academic Press.
- LAKOFF, G. (1996). *Moral politics*. Chicago: University of Chicago Press
- LANE, R. *Political ideology*. New York: Free Press, 1962.
- LIPSET, S. (1960). *Political man*. Garden City, NY: Doubleday.
- LUNA, J. P.; ZECHMEISTER, E. J. "Political representation in Latin America: a study of elite-mass congruence in nine countries". *Comparative Political Studies*, vol. 38, n 4, p. 388-416, 2005.
- LUSKIN, R. C. "Measuring political sophistication". *American Journal of Political Science*, vol. 31, p. 856-899, 1987.
- OLIVEIRA, Carlos Antonio e Turgeon, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro, *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 21, n o 3, 2015, PP. 574-600
- PEFFLEY, M. A., e HURWITZ, J. (1985). A hierarchical model of attitude constraint. *American Journal of Political Science*, 29, 871–890.
- PRICE, V. Political information. In: ROBINSON, J. P; SHAVER, P. R; WRIGHTSMAN, L. S. (eds.). *Measures of political attitudes*. San Diego: Academic Press, 1999.
- SINGER, André Vitor. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A identificação ideológica nas disputas presidenciais 1989 e 1994*, 1. Ed 1. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- STIMSON, J. A. (1975). Belief systems: Constraint, complexity, and the 1972 election. *American Journal of Political Science*, 3, 393–417.
- WILSON, G. D. (Ed.). (1973). *The psychology of conservatism*. London: Academic Press.